



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

622

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO N. 0005699-72.2010.8.17.0001 (0316249-0)**

RECORRENTES: Maria do Carmo Brandão Ferraz e Outros

ADVOGADA: Tamiris Fernandes da Silva

RECORRIDO: Estado de Pernambuco

PROCURADORA: Maria Claudia Junqueira

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz José Viana Ulisses Filho

**EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. SERVIDOR. APOSENTADORIA. LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.78/05. VANTAGEM INCORPORADA SUBMETIDA AOS REAJUSTES GERAIS DA POLÍTICA SALARIAL GLOBAL DO ESTADO. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO À IMUTABILIDADE DO REGIME REMUNERATÓRIO. PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA.**

Trata-se de Recurso de Agravo em Apelação interposto por Maria do Carmo Brandão Ferraz e Outros contra decisão terminativa que negou seguimento ao apelo, com amparo no art.557 do CPC.

Em síntese, os recorrentes argumentam que a decisão combatida viola o direito a isonomia e paridade entre servidores ativos e inativos, inscritos no art.40, §4º da CF/88, em sua redação original, 3º da Emenda Constitucional n.20/98, além de agredir seu direito à isonomia e paridade com os servidores em atividade, já reconhecido anteriormente por sentença judicial transitada em julgado.

Outrossim, os recorrentes afirmam que a interpretação adotada por esta Relatoria malfez o art.14 e parágrafos da Lei Complementar n.78/05, no sentido de que os vencimentos e proventos foram transformados em parcelas autônomas de vantagens pessoais, quando, na verdade, só foram as gratificações de qualquer natureza.

Por derradeiro, os recorrentes, servidores aposentados, à face do disposto no art.40, §4º da Constituição Federal, em sua redação primitiva, renovado pelas Emendas Constitucionais n.20/98; 41/03 e 47/05, pugnam pelo provimento do recurso para, reformando-se a decisão combatida, reconhecer o direito à manutenção das condições em que passaram à inatividade, reajustados seus proventos nas mesmas épocas e bases em que foram reajustados os cargos em que se estabilizaram e assim, se aposentaram.

Analisando-se detidamente os autos, verifico que a decisão terminativa hostilizada abordou toda a matéria nos limites em que foi posta em Juízo, destarte, devendo o *decisum* injuriado manter-se pelos seus próprios fundamentos jurídicos, expostos a seguir:



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior**

---

"Os autores-recorrentes, servidores públicos estaduais, aposentaram-se com os proventos correspondentes aos vencimentos dos referidos cargos que exerceram pelo lapso de tempo legalmente exigível, acrescidos das vantagens de ordem pessoal sobre eles calculadas, conforme o descrito nos documentos anexados aos autos (fls.28, 34,40,46, 53, 60,68,75,82,89,98,105,110 e 116).Afirmam terem sido surpreendidos, posteriormente, com a equivocada aplicação dos dispositivos da Lei Complementar n. 13/95, em decorrência da qual, viram seus proventos serem rotulados de parcela autônoma de vantagem pessoal, desvinculados dos cargos e funções em que se aposentaram.Irresignados com a suposta violação a seus direitos, impetraram o Mandado de Segurança n.0023342-1, no qual, a Egrégia Corte Especial deste Tribunal de Justiça proferiu acórdão (fls.121/123) em 10/05/1996, reconhecendo ser devido aos impetrantes a gratificação de representação no percentual de 120% (cento e vinte por cento), não podendo a Lei Complementar n.13/95 retroagir para prejudicar o direito adquirido dos impetrantes. Eis o teor do acórdão:"EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. A estabilidade financeira é um direito dos impetrantes que encontra amparo na Constituição Federal de 1988 e Constituição Estadual de 1989. O direito dos impetrantes é líquido e certo, não podendo a Lei Complementar n.13/95, retroagir para prejudicar o direito adquirido dos impetrantes. O servidor inativo goza dos mesmos benefícios e vantagens concedidos aos funcionários em atividade, conforme determina o art.40,§4º da Constituição Federal atual. É devida aos impetrantes a gratificação de representação no percentual de 120%. Concedida a segurança, por votação discrepante. (TJPE, Mandado de Segurança n. 23.342-1, Corte Especial, Relator: Des. Mauro Jordão de Vasconcelos, publicado em 10/05/96)Alegaram os recorrentes que transitada em julgado a decisão proferida por este Tribunal de Justiça foram regularizados os seus proventos, adequando-os à mudança operada nos cargos em que se aposentaram.Todavia, afirmam os apelantes que, a partir de 2002, seus proventos não vem merecendo correção de valores, seja quando reajustados os vencimentos dos cargos em que se deram as aposentadorias, seja quando da correção dos valores de vencimento determinados por lei de aumento.Requerem , portanto, que sejam aplicados aos seus proventos os mesmos índices de correção utilizados para a correção do símbolo dos cargos em que se aposentaram, ou quando não, o que se admite por extrema cautela, os aumentos conferidos pela Lei n. 12.365/04 e Leis Complementares n. 75/05, n.78/06, n.85/05, n.96/07, n.115/09, afastando, de vez por todas, o congelamento travestido de parcela autônoma prevista no art.14 da Lei Complementar n. 78/2005, observando-se os exatos termos das vantagens salariais conferidas em lei específica.O magistrado de primeiro grau proferiu sentença (fls. 522/523) julgando improcedente os pedidos formulados na peça a trial, sob argumento de que as alterações



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior**

623

introduzidas pela Lei Complementar n.78/2005 em nada feriram os direitos constitucionalmente consagrados, mormente o da irredutibilidade de vencimentos, já que não se fala em direito adquirido quanto ao regime de remuneração. Examinando detidamente os autos, constato não merecer reparos a sentença combatida. Explico. Com o advento da Lei Complementar n.78/2005 houve a conversão das gratificações incorporadas em parcela autônoma de vantagem pessoal, não havendo decesso remuneratório. Segundo redação do art. 14 do mencionado diploma legal, o legislador desatrelou a vantagem incorporada (estabilidade financeira) para lhe submeter aos reajustes gerais da política salarial global do Estado, comuns a todos os demais servidores. In casu, após exame dos contracheques anexados aos autos (fls.197/512), constatei ter havido mudança na forma de cálculo dos proventos, em decorrência da aplicação dos ditames legais sem, contudo, acarretar decesso remuneratório. Ademais, é assente que o servidor não tem direito adquirido à imutabilidade do regime remuneratório, devendo-se respeitar o princípio da irredutibilidade de vencimentos, como feito no caso em apreço. Os apelantes argumentam ainda que a Corte Especial deste Egrégio Tribunal de Justiça, através do acórdão proferido nos autos do Mandado de Segurança n. n.0023342-1, reconheceu seus direitos de continuarem a receber seus proventos aprovados pelo Tribunal de Contas do Estado, com o descongelamento de seus valores, que deveriam acompanhar os reajustes de vencimentos e vantagens dos cargos em que se aposentaram, inclusive na hipótese de transformação ou reclassificação dos mesmos. Requerem, portanto, o reconhecimento da incidência dos efeitos deste *decisum* na atual situação fática, estendendo-se os efeitos da coisa julgada. Conforme jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, a coisa julgada consubstanciada no dispositivo e na fundamentação da decisão judicial transitada em julgado, está delimitada pelo pedido e pela causa de pedir apresentados na petição inicial do processo de conhecimento; devendo a execução do título executivo judicial processar-se nos exatos limites objetivos da demanda, de modo que a coisa julgada produzirá efeitos enquanto perdurar a situação fático-jurídica descrita na causa de pedir. A situação fático-jurídica existente à época da prolação do mencionado acórdão não perdura, pois com o advento da Lei Complementar n. 78/2005, houve alteração na forma de cálculo dos proventos dos recorrentes, os quais não possuem direito adquirido à imutabilidade do regime remuneratório. De tal arte, considerando os limites objetivos da coisa julgada, constato que o acórdão proferido nos autos do Mandado de Segurança n. n. n.0023342-1 não pode ser invocado na atual conjuntura, ocasião em que aplicam-se os ditames da Lei Complementar n. 78/2005, inexistente à época do julgamento do *writ*. Ante todo o exposto, considerando que a matéria encontra-se sedimentada pela

5



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

---

jurisprudência de Tribunal Superior, NEGOU SEGUIMENTO ao apelo, o que faço com amparo no art. 557, caput, do CPC.

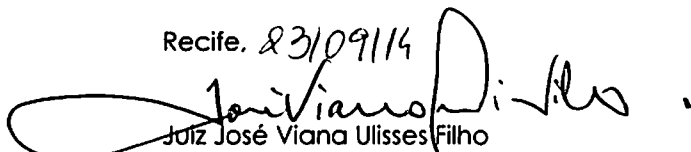
**Unanimemente, negou-se provimento ao recurso.**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo em Apelação n.316249-0 em que figuram como recorrentes Maria do Carmo Brandão Ferraz e Outros e como recorrido Estado de Pernambuco,

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em negar provimento ao recurso**, tudo de conformidade com a ementa, o relatório e o voto, que passam a integrar este aresto.

Recife, 23/09/14

  
Juiz José Viana Ulisses Filho  
Relator Substituto



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

624

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO N. 0005699-72.2010.8.17.0001 (0316249-0)**

RECORRENTES: Maria do Carmo Brandão Ferraz e Outros

ADVOGADA: Tamiris Fernandes da Silva

RECORRIDO: Estado de Pernambuco

PROCURADORA: Maria Cláudia Junqueira

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz José Viana Ulisses Filho

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo em Apelação interposto por Maria do Carmo Brandão Ferraz e Outros contra decisão terminativa que negou seguimento ao apelo, com amparo no art.557 do CPC.

Em síntese, os recorrentes argumentam que a decisão combatida viola o direito a isonomia e paridade entre servidores ativos e inativos, inscritos no art.40, §4º da CF/88, em sua redação original, 3º da Emenda Constitucional n.20/98, além de agredir seu direito à isonomia e paridade com os servidores em atividade, já reconhecido anteriormente por sentença judicial transitada em julgado.

Outrossim, os recorrentes afirmam que a interpretação adotada por esta Relatoria malfez o art.14 e parágrafos da Lei Complementar n.78/05, no sentido de que os vencimentos e proventos foram transformados em parcelas autônomas de vantagens pessoais, quando, na verdade, só foram as gratificações de qualquer natureza.

Por derradeiro, os recorrentes, servidores aposentados, à face do disposto no art.40,§4º da Constituição Federal, em sua redação primitiva, renovado pelas Emendas Constitucionais n.20/98; 41/03 e 47/05, pugnam pelo provimento do recurso para, reformando-se a decisão combatida, reconhecer o direito à manutenção das condições em que passaram à inatividade, reajustados seus proventos nas mesmas épocas e bases em que foram reajustados os cargos em que se estabilizaram e assim, se aposentaram.

Não acolhendo esta Relatoria a insurgência do ora recorrente, por razões adiante demonstradas, prejudicada a retratação, coloco o processo em mesa, para julgamento.

É o relatório.

**VOTO**

Não assiste razão ao recorrente, haja vista os fundamentos esposados serem insuficientes para modificar a decisão monocrática prolatada. Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão terminativa proferida, razão pela qual faço remissão, para que faça parte integrante da presente decisão (fls.593/595 dos autos da Apelação Cível n.316249-0).

XX

Diante de todo exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso, para que seja mantida a decisão terminativa concedida no bojo da Apelação Cível n.316249-0. É como voto.

Recife, 23/09/14

Juiz José Viana Ulisses Filho  
Relator Substituto